

EDUCAÇÃO S/A: O ESTADO SOB A LÓGICA NEOLIBERAL

EDUCATION, INC.: THE STATE UNDER NEOLIBERAL LOGIC

Ciências Humanas · 08/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780881897](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780881897)

Cristiane Santana de Arruda¹

Sílvia Cassia da Costa²

Lucinalda Carneiro Lima³

RESUMO

O presente artigo analisa as reconfigurações do Estado e a ascensão do poder corporativo no século XXI sob a ótica da ideologia neoliberal. O objetivo é compreender como o neoliberalismo, originado das bases do liberalismo clássico e oposto ao Estado de bem-estar social, transferiu para o mercado responsabilidades antes estatais, como a educação pública, entre outras, moldando um novo cenário político e econômico. Por meio de uma revisão de literatura, o estudo explora a implantação de políticas neoliberais na América Latina e no Brasil, com destaque para o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) e o fenômeno da terceirização e publicização. Constata-se que a atual fase de financeirização econômica gerou um sistema de governança global em que corporações exercem poder híbrido com o Estado, resultando em extrema concentração de riqueza, aumento da desigualdade social e captura das decisões políticas pelos interesses do mercado financeiro, configurando um risco à própria democracia.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Estado; financeirização; Educação pública.

ABSTRACT

This article analyzes the reconfigurations of the State and the rise of corporate power in the 21st century from the perspective of neoliberal ideology. The objective is to understand how neoliberalism, originating from the foundations of classical liberalism and opposed to the welfare state, has transferred formerly state responsibilities to the market, shaping a new political and economic scenario. Through a literature review, the study explores the implementation of neoliberal policies in Latin America and Brazil, highlighting the Master Plan for the Reform of the State Apparatus (PDRAE) and the phenomenon of outsourcing and

publicization. It is found that the current phase of economic financialization has generated a global governance system in which corporations exercise hybrid power with the State, resulting in extreme wealth concentration, increased social inequality, and the capture of political decisions by the interests of the financial market, posing a risk to democracy itself.

Keywords: Neoliberalism; State; financialization; Public education.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as reconfigurações do Estado e a ascensão do poder corporativo no século XXI sob a ótica da ideologia neoliberal, e compreender como o neoliberalismo, originado das bases do liberalismo clássico e oposto ao Estado de bem-estar social, transferiu para o mercado responsabilidades antes estatais, como a educação pública e outras, moldando um novo cenário político e econômico. Para essa discussão, tornam-se necessárias algumas reflexões pontuais, pois é uma questão ampla e complexa que envolve muitas nuances. Uma dessas nuances é o entendimento sobre a globalização. Segundo Leme (2010, p. 128), a “globalização está intimamente ligada à orientação neoliberal”; por isso, entre outras questões, ao se discutir seu conceito, é sempre necessário trazer o outro como complementação. Com seus primeiros traços marcados desde o final do século XX, o neoliberalismo atua hoje como a força motriz das transformações nas estruturas estatais e nas relações de mercado.

Nesse contexto, o presente artigo pretende discutir como a busca por transferências de responsabilidades do setor público para o setor privado reconfigurou as políticas sociais e estabeleceu novas formas de poder e governança. Trata-se de análises de suma importância

não apenas para o meio acadêmico, mas também com vistas a promover a conscientização do corpo social como um todo. É fundamental lançar luz sobre as engrenagens que movem a máquina pública e o setor corporativo, revelando intencionalidades que, muitas vezes, encontram-se ofuscadas sob o véu do discurso oficial.

Para desvelar tais engrenagens, este estudo estrutura-se em dois eixos centrais de análise. Inicialmente, na subseção 4.1, investiga-se a reconfiguração da sociedade sob o prisma da globalização e da atual fase do capitalismo. A partir das contribuições de teóricos como Ianni, Harvey e Dowbor, busca-se compreender a transição de um modelo de produção industrial para a chamada financeirização da economia. Nesse cenário de mundialização, o capital rompe fronteiras geográficas e passa a operar prioritariamente na lógica especulativa, gerando um desenvolvimento desigual, combinado e contraditório que concentra riquezas em esferas hegemônicas enquanto aprofunda as vulnerabilidades socioeconômicas.

Em um segundo momento, na subseção 4.2, a análise direciona-se para a materialização dessa lógica macroeconômica nas estruturas de governo, com foco especial nas consequências para o Brasil e a América Latina. Com base em autores como Moraes, Peroni e Adrião, discute-se como o ideário neoliberal justificou o desmonte do Estado social por meio de reformas estruturais. O texto explora o processo de transferência da execução de políticas sociais para a iniciativa privada, estabelecendo o que se convencionou chamar de "quase mercado", e examina como as grandes corporações transnacionais passaram não apenas a lucrar com o setor público, mas a exercer um forte poder de governança nas decisões políticas.

Dessa forma, a reflexão aqui proposta busca demonstrar que a precarização das políticas sociais e a crise estrutural do Estado não são meros acasos ou ineficiências administrativas, mas sim resultados de um projeto hegemônico contemporâneo, no qual os interesses do mercado financeiro global se sobrepõem à garantia dos direitos básicos da população.

2. METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos propostos, este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa e de caráter exploratório, consubstanciada em uma revisão bibliográfica e documental. O levantamento de literatura buscou mapear a transição do papel do Estado e a ascensão das práticas corporativas que caracterizam a hegemonia neoliberal, desde o final do século XX até a contemporaneidade.

A pesquisa ancora-se na análise de obras de autores dedicados ao estudo da economia política, da sociologia, da administração pública e das políticas sociais contemporâneas, entre elas a educação pública. Os autores acionados são: Bastos (2013), Batista (1994), Moraes (2001), Harvey (1996, 2005), Dowbor (2020), Peroni (2006, 2013), Adrião e Bezerra (2013), Streeck (2012), Ianni (1994) e Leme (2010). O referencial teórico construído a partir dessas leituras propõe uma análise crítica dos conceitos-chave e dos modelos que explicam o avanço neoliberal, estabelecendo, assim, as bases analíticas necessárias para o foco deste trabalho.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa fundamenta-se em estudos que discutem as transformações do capitalismo contemporâneo, especialmente a

partir dos processos de globalização, financeirização da economia e avanço das políticas neoliberais no setor público. O levantamento bibliográfico realizado permite compreender como tais fenômenos passaram a influenciar a organização política, econômica e social dos Estados nacionais, bem como a atuação das corporações privadas em espaços historicamente pertencentes ao poder público.

Para compreender o fenômeno da globalização, este trabalho adota como principal referência os estudos de Ianni (1994), que analisa a constituição da sociedade global e suas implicações nas relações entre as nações. Segundo o autor, a globalização intensificou as relações sociais em escala mundial, provocando mudanças nas formas de organização econômica e política e redefinindo o papel do Estado-nação. O autor também destaca que esse processo ocorre de maneira desigual e contraditória, ampliando diferenças econômicas e sociais entre os países e as populações.

Ainda sobre a globalização, Leme (2010) contribui ao compreendê-la como uma categoria utilizada pelas ciências sociais para interpretar as novas formas de organização das relações sociais em âmbito mundial. Harvey (1996) também se destaca entre os autores utilizados, especialmente ao relacionar a globalização ao avanço do capitalismo contemporâneo e à reorganização das relações econômicas internacionais.

No que se refere à financeirização da economia, o estudo apoia-se principalmente em Bastos (2013) e Dowbor (2020). Bastos (2013) discute o fortalecimento do capital financeiro e a lógica especulativa característica do capitalismo contemporâneo, evidenciando a predominância das operações financeiras sobre a produção material.

O autor também analisa os impactos desse modelo nas economias nacionais, especialmente em países periféricos como o Brasil.

Dowbor (2020), por sua vez, contribui para a discussão ao abordar a concentração de renda e o processo de acumulação financeira nas mãos de pequenos grupos econômicos. O autor analisa como a financeirização amplia desigualdades sociais e reduz investimentos em setores essenciais, afetando diretamente áreas como saúde, educação e políticas sociais.

A discussão acerca do neoliberalismo é fundamentada nos estudos de Moraes (2001), Batista (1994), Harvey (2005) e Peroni (2006; 2013). Moraes (2001) apresenta o neoliberalismo como um modelo político e econômico que defende a diminuição da intervenção estatal e a ampliação da liberdade de mercado. Batista (1994) analisa os impactos dessas políticas na América Latina, ressaltando consequências como desemprego, aumento da pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais.

Harvey (2005) contribui para o debate ao discutir a concepção neoliberal de Estado, segundo a qual o mercado seria mais eficiente que a administração pública na condução das atividades econômicas e sociais. Já Peroni (2006; 2013) analisa as reformas do Estado brasileiro e os processos de privatização e transferência de serviços públicos para a iniciativa privada, especialmente a partir da década de 1990.

Além disso, os estudos de Adrião e Bezerra (2013) auxiliam na compreensão da atuação das corporações privadas no setor público e da crescente influência empresarial nas decisões governamentais. As autoras discutem as relações estabelecidas entre grupos

empresariais e políticas públicas, especialmente no contexto das reformas administrativas e educacionais.

Desse modo, a literatura analisada permite compreender que a globalização, a financeirização da economia e o neoliberalismo constituem processos articulados que influenciam diretamente a redefinição das funções do Estado e a ampliação da participação do setor privado nas políticas públicas. A partir desse referencial teórico, torna-se possível analisar criticamente os impactos dessas transformações na organização social e econômica contemporânea.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

4.1. A Globalização e o Cenário do Capitalismo no Século XXI

De acordo com Ianni (1994), a sociedade global, anunciada no final do século XX e início do século XXI, emerge com necessidades de interpretações singulares devido ao seu caráter inédito, não se aplicando a ela as mesmas interpretações dadas até então à sociedade nacional, apesar de esta não ter perdido seu vigor. Segundo o autor, as interpretações sobre a sociedade nacional “não são suficientes para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global” (Ianni, 1994, p. 148), de modo que podemos compreender essa última como uma nova forma de relação política e econômica. Ianni sugere ainda duas referências que podem auxiliar na interpretação dessa sociedade considerada complexa, sendo “as obras de Marx e Weber, que constituem duas matrizes excepcionalmente fecundas para pensar-se configurações e movimentos da sociedade global” (Ianni, 1994, p. 160).

Segundo Leme (2010, p. 124), a globalização é compreendida “como conceito sociológico e/ou categoria utilizada pelas ciências sociais para entendimento dos novos processos e formas de organização das relações sociais em esfera mundial”.

A sociedade global possui grande capacidade de impacto sobre as sociedades nacionais; ao buscar definir a globalização e seus impactos, adotam-se as afirmações de Ianni (1994, p. 151), que a descreve como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. A globalização extrapola fronteiras de diversas naturezas e impacta inúmeros acontecimentos em diferentes localidades. Um exemplo dado pelo autor sobre esse alcance é que: “quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que, o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores, tais como dinheiro mundial e mercados de bens operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão.” (Ianni, 1994, p. 151).

Com o surgimento dessa nova forma de organização política e econômica, muitas questões foram colocadas em pauta, principalmente as relações de dependência e interdependência, considerando que as interações historicamente constituídas entre muitas nações se deram em situações de “igualdade, mas principalmente de desigualdades” (Ianni, 1994, p. 152). Neste momento de crise, o Estado-nação, tensionado pelos interesses econômicos e políticos, vê-se pressionado a reformular-se.

Todas as nações se depararam com o dilema da reformulação das condições dessa nova sociedade. Mesmo organizações

internacionais — como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o *General Agreement on Tariffs and Trade*[1] (GATT) “e outras que exercem as suas atividades priorizando interesses de nações com maior poder econômico, político, militar, cultural” (Ianni, 1994, p. 151) , também se envolveram nesse dilema, principalmente no que diz respeito às condições de hegemonia e soberania.

Ao se referir ao poder hegemônico das grandes corporações, empresas e conglomerados transnacionais e sua relação com a globalização, Ianni (1994, p. 151) enfatiza que a capacidade de operação desse setor corporativo aumentou consideravelmente, com grupos “em suas redes e alianças, em seus planejamentos sofisticados, operando em escala regional, continental e global, dispondo de condições para impor-se aos diferentes regimes políticos, às diversas estruturas estatais, aos distintos projetos nacionais”.

Entende-se, então, que tais atores estão atentos aos cenários propícios para sua inserção e atuação, uma vez que sua capacidade de articulação e adaptação é consideravelmente rápida e abrangente. Com a globalização, os interesses, principalmente daqueles que possuem maior poder hegemônico ou de quem está a serviço deles, ganham um espaço praticamente ilimitado para se constituir e operar, independente de território ou nação.

A sociedade global também traz consigo questões desfavoráveis, principalmente para as classes menos abastadas. Ianni (1994, p. 159) afirma que a sociedade global é o cenário mais amplo do desenvolvimento “desigual, combinado e contraditório”, posto que o

produto do todo não se distribui de maneira homogênea pelas partes. Por isso, segundo o autor, “a globalização não significa nunca homogeneização, mas diferenciação em outros níveis, diversidades com outras potencialidades, desigualdades com outras forças” (Ianni, 1994, p. 159).

Ainda sobre o tema, para Leme (2010, p. 124), é inegável que, mesmo existindo embrionariamente desde o século XVI uma espécie de economia-mundo, “em nenhum momento da história ela cresceu e se intensificou da forma apresentada a partir do pós-guerra e incisivamente nos últimos vinte anos em todo o globo terrestre”. Leme (2010), assim como Harvey (1996), aponta a globalização como uma nova forma de entender o funcionamento da política e da economia da sociedade em nível mundial.

Pode-se dizer que o fenômeno da globalização está essencialmente ligado à financeirização da economia. Segundo Harvey (1996, p. 8), o termo globalização se tornou “palavra-chave para organizar nosso pensamento sobre o funcionamento do mundo”, trazendo consigo novas formas de relações políticas, organizações e operações corporativas.

Para entender o funcionamento da financeirização econômica — atual modelo do capitalismo global, intensificado por volta de 1980, e também denominado capitalismo contemporâneo ou mundialização financeira, Bastos (2013, p. 2) observa que: “Esse modo é marcado pela importância da lógica da especulação, ou seja, por decisões de compra (venda) de ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, *commodities* e vários outros ativos.”

Na época da financeirização econômica, segundo Dowbor (2020, p. 64), o lucro está no “dividendo e na rentabilidade dos papéis, investimentos e aplicações financeiras, pois hoje as aplicações financeiras rendem mais que produções”. O autor explica que uma minoria detém a rentabilidade, mas não realiza investimentos produtivos, não gerando benefícios a terceiros; ou seja, o capital continua estagnado no poder dessa minoria.

Acrescenta-se que o processo de aplicações não resulta necessariamente em produções materiais tangíveis, modelo no qual as indústrias fabricavam seus produtos para venda necessitando de matéria-prima e mão de obra, mas ainda assim gera riquezas e contribui para a nova lógica capitalista (Dowbor, 2020).

O fato é que a apropriação de uma minoria da sociedade pelo chamado excedente de produção⁴, é denominado de processo cumulativo; como essa minoria acumula muitos excedentes e não há como gastá-los, pois, são de um volume muito grande, passa-se a reaplicá-los; esse processo Dowbor (2020) denomina de “efeito bola de neve”⁵, pois, ao contrário do que acontece com as pessoas com pouco poder aquisitivo, “o pobre gasta, o rico aplica” (Dowbor, 2020, p. 64).

Como iniciada anteriormente essa discussão, a financeirização econômica traz em seu escopo significativo poder de operação em escala global, praticamente não há fronteiras geográficas para a atuação de capitais. De cunho mundial, segundo Bastos (2013, p. 2), também pode impactar “relações econômicas internacionais, nacionais e transnacionais, sendo empresas e instituições, inclusive famílias, atraídas para essa lógica especulativa com o capital fictício”⁶.

Nesta perspectiva, retomando a afirmação de Ianni (1994) sobre o fenômeno de movimento desigual, combinado e contraditório, vê-se nitidamente onde se encontram as desigualdades econômicas: “[...] nem todos os países integrados à economia mundial capitalista experimentam o mesmo grau de aprofundamento da financeirização, mas bancos, empresas, grandes investidores e famílias (por meio de investidores institucionais) tendem a ser atraídos pelos ganhos esperados pelas atividades especulativas que influenciam a própria estrutura de setores econômicos e dos mercados de câmbio, *commodities* e de trabalho.” (Bastos, 2013, p. 2).

Ainda segundo esse autor, não há como prever exatamente os ganhos e perdas do capital especulativo, mas os mais prejudicados continuam sendo aqueles com menores condições financeiras, já que não estão no mesmo patamar de igualdade frente às grandes organizações (Bastos, 2013).

Com o evento da globalização e da financeirização, ocorreram várias crises econômicas pelo mundo. Bastos (2013, p. 4) afirma que as grandes crises do capital são reforçadas pelas crises financeiras, o que tende a “facilitar o processo de centralização de capital sob o poder dos que possuem dinheiro líquido para comprar os ativos deflacionados”. Ou seja, é em meio a essas turbulências que surgem os: “interessados em adquirir empresas estatais, aproveitam a crise fiscal para, em conjunto com pressões nos mercados financeiros, exigirem redução dos gastos sociais e privatização do patrimônio público. Esse é um exemplo cabal do 'tratamento de choque' imposto pelo capital fictício depois das crises geradas por seu próprio funcionamento, aproveitando oportunidades para espoliar ou limitar a oferta de bens públicos, mercantilizando-os.” (Bastos, 2013, p. 15).

O Brasil também sofreu com esse processo de financeirização econômica na década de 1980 “em virtude da sua dívida externa, retornando aos mercados financeiros em 1990 e integrando-se ao processo de centralização de capitais em larga escala mundial” (Bastos, 2013, p. 15). Segundo o autor, tal processo se deu, entre outros fatores, pela desnacionalização e privatização de empresas. A integração financeira trouxe novos roteiros para as políticas econômicas: “[...] e para o funcionamento dos mercados de capitais, de câmbio e de ramos privatizados. Provocou também a desindustrialização precoce, dívida pública crescente (a despeito das privatizações) e instabilidade sistêmica que culminou nas crises cambiais e financeiras de 1999 e 2002.” (Bastos, 2013, p. 15).

Segundo Bastos (2013), após esse período turbulento, a partir de 2003, o Brasil conseguiu se reerguer devido à elevação dos preços das *commodities* impulsionada pela China, além de políticas de valorização do salário-mínimo e inovações financeiras que facilitaram o crédito para famílias mais pobres. Contudo, quando se trata de financeirização, as instabilidades são constantes, “uma vez que as entradas e saídas de capitais não são determinadas desde dentro, mas podem provocar desequilíbrios macroeconômicos sérios” (Bastos, 2013, p. 15).

4.2. O Neoliberalismo e as Corporações no Setor Público

A partir da contextualização teórica, a análise permite observar como o neoliberalismo foi materializado nas estruturas de governo, com forte impacto na América Latina. Os grandes inimigos dos neoliberais eram vistos como sendo os “populistas e comunistas [...] o adversário estaria no modelo de governo gerado pelas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas” (Moraes, 2001, p. 13). Batista

(1994, p. 26) afirma que na América Latina isso ocasionou “miséria crescente, altas taxas de desemprego, tensão social e graves problemas”.

No Brasil, sob o discurso de modernização, as reformas ganharam força nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, alinhados às políticas do Consenso de Washington (Batista, 1994). Moraes (2001) destaca que as ações exigiam privatizar estatais e desregulamentar leis para diminuir a interferência pública. Como o Estado “possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado” (Harvey, 2005, p. 6), o caminho deveria ficar livre para o setor privado.

Ao ser inserido nesse novo cenário, o Estado brasileiro passou por transformações. Peroni (2006) afirma que o capitalismo vive uma crise estrutural que impacta as políticas sociais; porém, para os neoliberais, a raiz do problema estaria no próprio Estado. Por isso, “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (Peroni; Oliveira; Fernandes, 2009, p. 767), propondo um "Estado mínimo para as políticas sociais e um Estado máximo para o capital".

Isso se materializou na implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Segundo Peroni (2013), o plano transferiu a oferta de serviços públicos para organizações privadas, resultando na Emenda Constitucional nº 19 de 1998, que flexibilizou a estabilidade e a gestão pública (Adrião e Bezerra, 2013). Com influências da chamada "Terceira Via", o Estado continua financiando, mas o setor privado executa. Cria-se o “quase mercado”, onde a lógica mercadológica orienta a ação estatal (Peroni, 2006).

Em resposta às crises fiscais, o Estado recorre ao aumento da carga tributária, que no Brasil incide pesadamente (cerca de 50%) sobre produtos de consumo indireto, afetando drasticamente a população mais pobre (Dowbor, 2020). Em outras palavras, quem acaba arcando com os custos das crises é a classe trabalhadora.

Muitas vezes, a atuação de empresas privadas nas políticas sociais mascara intenções de lucro, apresentando-se como "caridade" e complemento às reformas (Moraes, 2001). Ainda sob a ótica desse autor, essa maquiagem filantrópica confere credibilidade ao setor corporativo, abrindo margem para ações predatórias, corrupção e interferência direta nas decisões dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

No século XXI, Dowbor (2020) ressalta que as corporações se organizam em rede mundialmente. Na era da financeirização, o lucro não advém da produção industrial geradora de empregos, mas da "acumulação improdutiva de patrimônio". O resultado é extremo: no Brasil, seis pessoas dispõem de mais riqueza do que a metade mais pobre da população; no mundo, 1% detém mais patrimônio do que os 99% restantes (Dowbor, 2020). Conseqüentemente, tem-se um crescimento de riquezas mal distribuídas que trava a economia e condena populações inteiras à miséria.

As grandes corporações, além de lucrarem financeiramente, agora também atuam em um misto de lucro e poder de decisão política. Adrião e Bezerra (2013) notam que a governança incluiu empresários no Gabinete da Presidência e em comitês do MEC. Dowbor (2020) chama isso de "espaços de governança planetária", onde grupos mundiais mudam leis nacionais em prol de interesses transnacionais, frequentemente evadindo impostos que

financiariam políticas sociais essenciais — como saúde, educação e moradia. Tais situações perpetuam o ciclo vicioso e contraditório do capitalismo.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado redefiniu o seu modo de regulação pública, porém não o perdeu totalmente; ele passou a ser fortemente influenciado pelos interesses do mercado (Moraes, 2001). Perceba que ser influenciado é diferente de perder sua posição; a responsabilização ainda é do Estado, apesar das inúmeras interferências externas. Ainda segundo o autor, as corporações ultrapassaram a esfera puramente econômica para atuar como formuladoras das regras que as governam, esvaziando o papel social das instituições públicas.

Como alertou Streeck (2012, p. 81), o Estado contemporâneo deixa de responder aos anseios da população que o elegeu para atender aos interesses financeiros, adotando a lógica da *res mercatoria* (coisa do mercado). Esse cenário configura-se como um ataque direto à democracia. Trata-se de um sistema que se amolda constantemente para favorecer uma minoria de privilegiados, marginalizando a imensa maioria e convertendo direitos sociais essenciais em meras mercadorias que podem ser “compradas”.

Dessa forma, a grande massa que mais necessita de políticas sociais minimamente humanas, sofre por pagar mais impostos, arcar com as crises financeiras e ainda viver à mercê das interferências privadas no campo da administração pública. Fica evidente, portanto, que a captura do aparelho estatal pelo capital não é uma falha do sistema, mas o seu projeto mais bem-sucedido. Denunciar essa engrenagem de espoliação torna-se, hoje, um imperativo urgente não apenas

para resgatar a soberania popular, mas para defender a própria dignidade humana diante da barbárie mercadológica, um dos primeiros passos, é tomar consciência do sistema em que vivemos, e como as políticas sociais e os cidadãos se enquadram como peças para o contínuo funcionamento dessa engrenagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa; BEZERRA, Egle P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/adriao-bezerra.pdf>. Acesso em: mai. de 2021.

BASTOS, Pedro Paulo Z. **Financeirização, crise, educação:** Considerações preliminares. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3256/TD217.pdf>. Acesso em: abri de 2021.

BATISTA, Paulo N. **O consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em mai. de 2021.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez Editora. Questões de nossa época. 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

402p.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais.** São Paulo: Edições Sesc, 2020.

HARVEY. **O problema da Globalização.** In: Publicado Marxismo Oggi!. Rivista Quadrimestrale di cultura e politica, n. 02, Milão, Tecni Editore, maio-agosto, 1996, pp. 125-140. Tradução de Fátima Cabral; revisão técnica de Giuliana Rani. Pdf. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/1954>. Acesso em mai. 2026

IANNI, Octavio. **Globalização: Novo paradigma das ciências sociais.** Estud. av. vol.8 no.21 São Paulo May/Aug. 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009. Acesso em: abr. de 2021.

LEME, Alessandro A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 114-138, jan./jul. 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1045>. Acesso em mai. de 2021.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** S. Paulo: Editora Senac, 2001. Disponível em: https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf. Acesso em: abr. de 2021.

PERONI, Vera Maria V. Reforma do Estado e a tensão entre público e privado. **Revista SINPE**, ano 1, v. 1, ago. 2006.

PERONI, Vera Maria V.; As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via., Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180423015942id_/http://www.curriculo-semfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf. Acesso em mai. 2026.

PERONI, Vera Maria V.; OLIVEIRA, Regina T. C.; FERNANDES, Maria D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em jun. de 2020.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. Trad. Alexandre Morales. **Dossiê Crise Global: Novos Estudos**, nº 92, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/C7TPzqZKQCHQ5YbXCyJGp6b/?lang=pt>. Acesso em: jun. de 2020.

¹ Mestra em educação. Docente na Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, campus de Cáceres-MT. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestranda em educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, campus de Cáceres-MT. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestra em Educação. Docente na Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, campus de Cáceres-MT. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ No campo da economia, Excedente de Produção é a diferença entre o valor que o produtor receberá pela venda de certa quantidade de mercadorias a preço de equilíbrio, e o valor que ele estaria disposto a receber para ofertar essa quantidade de bens. Ver mais em: <https://www.infoescola.com/economia/excedente-do-produtor/>.

⁵ Segundo Dowbor (2020), também conhecido como Snowball effect, ver Julian Sims et al. How Money Works: the Facts Simply Explained, London: Darling Kinderley Limited, 2017, p. 208.

⁶ Ver em Bastos (2013).